

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens seguintes, relativos às relações internacionais.

- 51** O institucionalismo liberal adota como paradigma a desconsideração de atores não estatais, como as organizações não governamentais e a opinião pública internacional.
- 52** De acordo com o tratado pertinente, a usina hidrelétrica de Itaipu seria compartilhada entre Brasil e Paraguai como sócios iguais e cada um seria responsável por igual contribuição na construção da usina. Contudo, considerando que, à época, o Paraguai não possuía condições financeiras de construí-la, o Brasil assumiu todos os custos da construção, mediante o compromisso de amortização da dívida do Paraguai em parcelas anuais até 2013.
- 53** Em 1966, dois documentos foram produzidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, dividindo-se os direitos humanos em dois grandes grupos: um tratado sobre direitos civis e políticos e outro, sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Esses dois tratados são conhecidos como *International Bill of Rights*.
- 54** De acordo com a abordagem realista das relações internacionais, os Estados são atores racionais cujo processo de tomada de decisão se fundamenta em escolhas que apontem para a maximização dos interesses nacionais.
- 55** A liberalização do setor de transporte aéreo brasileiro iniciou-se em 1992, com o abandono do monopólio legal das empresas estabelecidas nos mercados nacional e regionais, instituindo-se, assim, uma política de estímulo à entrada de novas empresas no mercado doméstico.

Acerca da ordem mundial e da atuação do Brasil no cenário internacional, julgue os itens que se seguem.

- 56** A adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, ocorreu durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.
- 57** O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é considerado uma união aduaneira imperfeita.
- 58** O período de maior cooperação técnica recebida pelo Brasil situa-se entre as décadas de 50 e 60 do século passado.
- 59** A Declaração de Brasília, de junho de 2003, instituiu formalmente o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.
- 60** O G-20, um grupo informal de países em desenvolvimento, foi formado em Genebra durante os estágios finais da preparação para Cancún e representa parcela substancial do comércio agrícola mundial.

Julgue os itens de **61** a **65**, acerca de aviação civil internacional. Nesse sentido, considere que a sigla CACI, sempre que empregada, refere-se à Convenção de Aviação Civil Internacional, também conhecida como Convenção de Chicago.

- 61** Considere a seguinte situação hipotética.
Um avião de transporte de passageiros, com registro de nacionalidade francesa, apresentou uma séria pane hidráulica, e, por isso, seu piloto teve de comandar um pouso forçado em território brasileiro. Apesar da violência do choque da aeronave contra o solo, nenhum dos passageiros morreu, mas vários deles sofreram ferimentos graves.
Nessa situação hipotética, nos termos da CACI, a responsabilidade pela elaboração do respectivo inquérito será do Estado brasileiro.
- 62** Fomentar, de modo geral, a competição entre as companhias de aviação civil, a fim de contribuir para a gradual redução do preço final das passagens aéreas, constitui um dos objetivos da Organização Internacional de Aviação Civil.
- 63** De acordo com a CACI, é permitido o registro concomitante de nacionalidade de aeronave em mais de um Estado, se assim for exigido pelas leis dos Estados contratantes.

- 64** De acordo com a CACI, a investigação de acidentes ou incidentes aeronáuticos tem por objetivo determinar a culpa ou a responsabilidade do causador do ato.
- 65** O Acordo de Fortaleza objetiva permitir a realização de novos serviços aéreos sub-regionais regulares, em rotas diferentes das rotas regionais efetivamente operadas nos termos dos Acordos Bilaterais, a fim de promover e desenvolver novos mercados e atender devidamente à demanda dos usuários.

Com relação à demanda do consumidor, julgue os itens subsequentes.

- 66** A elasticidade se refere à curva de demanda como um todo, de modo que é correto afirmar que a demanda é elástica ou inelástica.
- 67** Como o sinal da elasticidade-renda da demanda depende do tipo de bem, na avaliação de um bem normal, a elasticidade será negativa.
- 68** A demanda por um bem é influenciada por uma série de variáveis, como renda e preferências, por exemplo, portanto, considerando-se constante o preço do bem, as mudanças nessas variáveis implicam o deslocamento da curva de demanda para a direita ou para a esquerda, segundo o tipo de efeito observado.
- 69** A relação entre preço e quantidade demandada é direta, logo o valor da elasticidade-preço da demanda será sempre negativo.

No que diz respeito à oferta do produtor, julgue os itens a seguir.

- 70** Considerando-se os custos de produção, verifica-se que, na análise da curva de oferta, um preço maior não implica necessariamente maior produção, visto que não se pode garantir que o custo unitário do produto (ou custo médio) se mantenha constante.
- 71** Suponha que um profissional recém-formado em economia pretenda pedir demissão da firma em que trabalha para atuar como autônomo em um escritório de consultoria, e, para isso, calcule os custos que envolverão o funcionamento do escritório e os custos de deixar de receber o salário do emprego atual. Nessa situação, as despesas efetuadas com sua formação, como livros e mensalidade escolar, devem ser ponderadas, pois representam custos de oportunidade.
- 72** Ao contrário da curva de demanda, a curva de oferta mostra uma relação entre os preços e o desejo de produzir bens e serviços. Nesse caso, mantendo-se outras variáveis constantes, o aumento no preço de mercado do bem tende a elevar o lucro das empresas.
- 73** A expectativa de elevação futura do preço de certo bem ou serviço pode implicar a redução da oferta desse bem no presente e, assim, deslocar a curva de oferta.

Acerca do comportamento das empresas segundo a estrutura de mercado, julgue os próximos itens.

- 74** A curva de oferta do monopolista é formada a partir de sua capacidade de influenciar o preço de mercado do bem.
- 75** O oligopólio constitui uma estrutura de mercado em que as empresas consideram, em suas decisões, as ações de suas concorrentes.
- 76** Em face das economias de escala, empresas de qualquer porte conseguem obter lucros.
- 77** O monopólio é caracterizado pelo mercado comprador quando há apenas uma empresa compradora de certo bem ou serviço, que define o preço.

A respeito da determinação de preços e das quantidades de equilíbrio, conforme o tipo de estrutura de mercado, julgue os itens subsequentes.

- 78** Em competição perfeita, a quantidade e o preço de equilíbrio são estabelecidos quando se iguala a receita marginal ao custo marginal de produção de determinado bem.
- 79** A discriminação de preços corresponde à venda de diferentes quantidades do produto por preços diferentes, ocorrendo discriminação de preços de primeiro grau quando o monopolista cobra preços diferentes dos consumidores de acordo com a quantidade de produto comprada.
- 80** O fato de o monopolista definir o preço de seu produto diferenciando-o para cada grupo de consumidores em mercados diferenciados, de acordo com a elasticidade-preço de cada um, configura a denominada discriminação de preços de segundo grau.

Julgue os itens seguintes, relativos às contas nacionais.

- 81** À medida que crescem as remessas de juros ao exterior, aumenta-se o déficit na conta capital e financeira do balanço de pagamentos, *ceteris paribus*.
- 82** Se um país apresenta superávit no balanço de pagamentos, suas exportações líquidas serão, necessariamente, positivas.
- 83** A soma das remunerações dos fatores de produção é igual à soma dos gastos em bens e serviços finais produzidos internamente durante um ano.
- 84** Caso um bem tenha sido produzido em 2011 e vendido apenas em 2012, ele contribuirá para o produto interno bruto de 2012.
- 85** Caso o conjunto das empresas de determinada economia acumule estoques indesejados, esses estoques serão contabilizados como investimentos nas contas nacionais.

Acerca da teoria macroeconômica, julgue os itens subsequentes.

- 86** Considerando-se que um país tenha adotado o regime de câmbio fixo (crível) e que, após alguns anos, sua inflação doméstica foi superior à inflação internacional, é correto afirmar que a hipótese de paridade do poder de compra absoluta não é válida.
- 87** A senhoriagem, receita obtida por emissão de moeda para financiamento de gastos públicos, funciona como imposto inflacionário.
- 88** Conforme a curva de Phillips aumentada de expectativas, se a taxa de inflação é igual à taxa de inflação esperada, o desemprego é nulo.
- 89** Em um pequeno país com regime de câmbio fixo e perfeita mobilidade de capitais, uma política monetária contracionista provoca redução do estoque de moeda estrangeira em poder do Banco Central.
- 90** De acordo com o resultado da equivalência ricardiana, o governo deve financiar seus gastos por meio do incremento da alíquota do imposto de renda.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desenvolveu uma interpretação própria sobre o desenvolvimento econômico latino-americano, apresentando propostas para acelerar o crescimento dessa região. Considerando essas informações, julgue os itens de **91** a **93**, referentes à CEPAL e à teoria de vantagens comparativas.

- 91** A CEPAL exerceu influência sobre a política econômica brasileira, especialmente com sua tese acerca da deterioração dos termos de troca.
- 92** Uma das críticas ao argumento da teoria dos choques adversos, defendida pela CEPAL, é o efeito negativo dos programas de valorização do café sobre o crescimento industrial.

- 93** De acordo com a teoria das vantagens comparativas, se o país A consegue produzir pão e vinho em um número de horas de trabalho menor do que o país B, então, o país A terá vantagem relativa na produção de pão e vinho em relação ao país B.

A respeito de conceitos relacionados à dívida pública, julgue os próximos itens.

- 94** No cálculo da dívida líquida do setor público, desconsideram-se as dívidas emitidas pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e pelos demais bancos públicos federais.
- 95** O superávit fiscal primário corresponde à diferença entre receitas e gastos governamentais, excetuadas as despesas com pagamento de juros.

No que concerne ao direito internacional público, julgue os itens a seguir.

- 96** De acordo com a corrente voluntarista, a obrigatoriedade das normas de direito internacional público deve-se a razões objetivas, não vinculadas à vontade dos Estados.
- 97** De acordo com o dualismo, as normas de direito internacional e de direito interno existem separadamente e não afetam umas às outras. No Brasil, a teoria adotada é o monismo, de acordo com a qual há unidade do ordenamento jurídico, ora prevalecendo as normas de direito internacional sobre as de direito interno, ora prevalecendo estas sobre aquelas.
- 98** Conforme o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, os princípios gerais do direito internacional são fonte do direito internacional público.
- 99** A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, define *jus cogens* como uma normativa imperativa de direito internacional geral reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo. Essa normativa só pode, portanto, ser modificada por norma ulterior de direito internacional geral da mesma natureza.
- 100** A doutrina clássica aponta como sujeitos de direito internacional os Estados, as organizações internacionais (intergovernamentais e não governamentais) e os indivíduos.

Julgue os itens que se seguem, relativos a tratados internacionais.

- 101** Um Estado pode alegar, conforme a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados.
- 102** A Convenção de Montreal, de 1999, estipula que o expedidor indenizará o transportador por todo o dano que este ou qualquer outra pessoa em relação à qual o transportador seja responsável haja sofrido em consequência das indicações e declarações feitas por ele ou em seu nome, ainda que corretas.
- 103** De acordo com a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, detém o direito de reserva, desde que a reserva não seja proibida pelo tratado ou que não seja incompatível com seu objeto e sua finalidade.
- 104** De acordo com a Constituição Federal de 1988, os tratados internacionais sobre direitos humanos, aprovados em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros de cada casa do Congresso Nacional, equivalem-se às leis ordinárias.
- 105** Segundo a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, a denúncia de um tratado internacional que não contenha disposição relativa à sua extinção pode ser exercida por um Estado quando esse direito puder ser deduzido da natureza do tratado.

Acerca de atos internacionais e organizações internacionais, julgue os itens subsecutivos.

- 106** O Tratado de Assunção conferiu personalidade jurídica internacional ao Mercado Comum do Sul.
- 107** Na hipótese de um conflito internacional ter sido submetido a um foro internacional para julgamento, cabe ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio excluir a sua competência, quando necessário.
- 108** Embora somente os membros do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio tenham capacidade postulatória perante o órgão, qualquer ator privado pode participar no contencioso como *amicus curiae* (amigo da corte).
- 109** O endosso é um direito subjetivo do particular à proteção diplomática, devendo o Estado, quando requerido, concedê-lo.
- 110** A imunidade de jurisdição dos Estados foi relativizada por tratados internacionais.

Aviación civil

En la Unión Europea (UE), todos los pasajeros que van a hacer un viaje aéreo deberán ir correctamente documentados e informados de todos los requerimientos del país de destino, tanto para su llegada como para cuando quieran regresar. Tenga en cuenta que el documento nacional de identidad será suficiente para vuelos nacionales y comunitarios.

Los vuelos se clasifican, según origen o destino, en tres grupos: UE Schengen, UE No Schengen y Terceros países.

Si está pensando en realizar un viaje al extranjero, recuerde que puede consultar los requisitos y documentos exigidos en los diferentes Estados.

Recuerde que existe un procedimiento de exención de visado que permite a ciudadanos de ciertos países viajar a los Estados Unidos de América (EUA) por motivos de turismo o negocios y por un periodo inferior a noventa días sin necesidad de obtener un visado. No obstante, existen algunas restricciones, dado que todos los países colaboran en este procedimiento.

Se establecieron nuevos requisitos previos para viajar a los EUA, en vigor desde el 12 de enero de 2009. Se trata de una autorización de viaje que debe completarse electrónicamente (setenta y dos horas antes de acceder al avión), y entregarla a la tripulación de cabina, a bordo del avión, antes de aterrizar en suelo estadounidense.

Internet: <<http://spanish.madrid.usembasy.gov>> (con adaptaciones).

Juzgue los ítems siguientes de acuerdo con las ideas del texto de arriba.

- 111** El 12 de enero de 2009 entró en vigor la utilización de una nueva autorización de viaje para viajeros que deseen entrar en los EUA. El viajero puede solicitar esta autorización por correo electrónico o rellenando un formulario a bordo del avión y entregándola a la tripulación de cabina.
- 112** El texto informa sobre todas las exigencias que hacen los diferentes países de destino a los pasajeros.
- 113** Los ciudadanos comunitarios pueden utilizar el documento nacional de identidad como único documento de viaje para todos los destinos nacionales e internacionales.
- 114** Es correcto inferir del texto que no todo el espacio de la Unión Europea (UE) dispone de los mismos controles fronterizos y aduaneros.
- 115** Los EUA no exigen visado de los ciudadanos de algunos países que deseen realizar estancias inferiores a noventa días.

Convenio sobre aviación civil internacional (convenio de Chicago)

Artículo 5.º — Derecho de vuelo en servicios no regulares. Cada Estado contratante conviene en que todas las aeronaves de los demás Estados contratantes que no se utilicen en servicios internacionales regulares tendrán derecho, de acuerdo con lo estipulado en el presente Convenio, a penetrar sobre su territorio o sobrevolarlo sin escalas, y a hacer escalas en él con fines no comerciales, sin necesidad de obtener permiso previo, y a reserva del derecho del Estado sobrevolado de exigir aterrizaje. Sin embargo, cada Estado contratante se reserva, por razones de seguridad de vuelo, el derecho de exigir que las aeronaves que deseen volar sobre regiones inaccesibles o que no cuenten con instalaciones y servicios adecuados para la navegación aérea, sigan las rutas prescritas u obtengan permisos especiales para tales vuelos. Si dichas aeronaves se utilizan en servicios distintos de los aéreos internacionales regulares, en el transporte de pasajeros, correo o carga por remuneración o alquiler, tendrán también el privilegio, con sujeción a las disposiciones del artículo 7.º, de embarcar o desembarcar pasajeros, carga o correo, sin perjuicio del derecho del Estado donde tenga lugar el embarque o desembarque a imponer las reglamentaciones, condiciones o restricciones que considere convenientes.

Artículo 6.º. Servicios aéreos regulares. Ningún servicio aéreo internacional regular podrá explotarse en el territorio o sobre el territorio de un Estado contratante, excepto con el permiso especial u otra autorización de dicho Estado y de conformidad con las condiciones de dicho permiso o autorización.

Artículo 7.º Cabotaje. Cada Estado contratante tiene derecho a negar a las aeronaves de los demás Estados contratantes el permiso de embarcar en su territorio pasajeros, correo o carga para transportarlos, mediante remuneración o alquiler, con destino a otro punto situado en su territorio. Cada Estado contratante se compromete a no celebrar acuerdos que específicamente concedan tal privilegio a base de exclusividad a cualquier otro Estado o línea aérea de cualquier otro Estado, y a no obtener tal privilegio exclusivo de otro Estado.

Internet: <<http://nacc.upc.es>> (con adaptaciones).

Juzgue los ítems siguientes a partir del texto de arriba.

- 116** No está permitido que aeronaves en servicios no regulares sobrevuelen regiones de un Estado contratante que no cuenten con instalaciones y servicios adecuados.
- 117** Aeronaves en servicios no regulares no podrán, en ninguna circunstancia, proceder al transporte de pasajeros con fines lucrativos.
- 118** Del texto es correcto inferir que el cabotaje es el transporte de mercancías, personas o correo entre diversos lugares del territorio de un mismo Estado.
- 119** El Estado sobrevolado puede exigir el aterrizaje de una aeronave que lo sobrevuele en servicios no regulares.
- 120** La concesión exclusiva del derecho de cabotaje sigue el principio de la reciprocidad.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

A imunidade jurisdicional dos Estados estrangeiros é um problema sempre presente nos tribunais de quaisquer países e, muitas vezes, ainda não resolvido pelo direito internacional. Felizmente, a jurisprudência brasileira já se posicionou há muito tempo a respeito desse assunto e, recentemente, tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Tribunal Superior do Trabalho consolidaram os seus entendimentos acerca dessa questão. A partir dessas informações, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ relativização da imunidade dos Estados — costume internacional; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ imunidade absoluta das organizações internacionais — tratados internacionais; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ teor da Orientação Jurisprudencial n.º 416, da Seção Brasileira de Dissídios Individuais (SBDI-I) do TST; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ jurisprudência do STF acerca do tema; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ imunidade de execução — convenções sobre relações diplomáticas (1961) e consulares (1963). [valor: 1,50 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	